



ERRATA

Objeto: Relatório Final da Auditoria Operacional nº 01/2019, que teve por objetivo “analisar os processos de gratificação por produtividade da Divisão de Contabilidade no período de janeiro/2016 a dezembro/2018”, realizada pela Unidade Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Dorés do Rio Preto/ES.

A referida auditoria desenvolveu-se a partir de três objetivos específicos e as constatações, conclusões e proposições acerca de cada um deles foi registrada no relatório conclusivo da auditoria.

Contudo, após finalizada a Auditoria Operacional nº 01/2019, a Unidade Central de Controle Interno identificou a falta da inclusão da conclusão referente ao objetivo específico 02, da referida Auditoria, o qual consistiu em “analisar e identificar se o servidor fez *jus* ao devido recebimento, não estando impedido para isto”.

Diante desta constatação, antes da publicação do relatório conclusivo e das propostas de encaminhamento, mostrou-se necessário fazer o registro desta falta de inclusão da conclusão do objetivo específico 02. Assim, após o fim da tabela das conclusões e propostas de encaminhamento relativos ao objetivo específico 01 e antes das conclusões e propostas de encaminhamento do objetivo específico 03 deveria constar a conclusão do objetivo específico 02, ausência esta que vem ser suprida pela presente Errata.

Portanto, a conclusão do objetivo específico 02 é a seguinte: **“após a análise aprofundada dos processos, constatou-se que não houve, no período de 2016, 2017 e 2018, recebimento de gratificação por produtividade pelos servidores da Divisão de Contabilidade, estando os mesmos impedidos para isso”.**

Nada mais.

Dorés do Rio Preto/ES, 29 de outubro de 2019.


Luciane Teresinha Perovani Palácios
Controlador Geral Interno


Roberta Querubim Medeiros Martins
Auditor Público Municipal


Douglas da Silva Martins
Auditor Público Municipal



CONCLUSÕES E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO PROVIDÊNCIAS PARA SANAR AS DIVERGÊNCIAS/ACHADOS

Dorcas do Rio Preto - ES, 25 de setembro de 2018.

Senhor Prefeito,

Considerando o fato de que a Lei Complementar Nº 33/2015 que instituiu a gratificação objeto desta Auditoria, foi revogada pela Lei Complementar Nº 62/2019, de 09 de setembro de 2019 e que a auditoria já se encontrava em processo de finalização, as proposições de encaminhamento serão aqui expostas.

Orienta-se que sejam observadas as proposições resultantes desta auditoria para corrigir as que forem possíveis e evitar que ocorram, caso no futuro, for instituída alguma gratificação nos moldes da auditada. Além disso, é necessário que sejam orientados aos setores que possuem gratificações instituídas para que observem o procedimento para recebê-las, a partir das proposições aqui constantes. Por fim, as proposições devem também ser encaminhadas ao setor de Recursos Humanos.

1. QUANTO AO OBJETIVO ESPECÍFICO 01

Verificar se a gratificação recebida corresponde ao percentual dos pontos tarefas, aplicados no período e se condiz com a pontuação informada no Anexo I, da Lei 33/2015, assim como se existe documentação comprobatória de cada item informado:

ANÁLISE/ACHADOS/INCONSISTÊNCIAS	PROPOSIÇÕES/RECOMENDAÇÕES
Falta de documentação comprobatória das atividades pontuadas;	Que todos os itens declarados na tabela de pontuação sejam acompanhados de seus respectivos comprovantes junto ao processo.
Falta atestado do superior imediato, em documentação comprobatória que não consta o nome do servidor que realizou a tarefa.	Que sejam atestados pelo superior imediato todos os comprovantes que não demonstre que o servidor realizou determinada atividade.
Documentação apresentada, superior ao percentual declarado;	Que a pontuação declarada na tabela seja correspondente a documentação anexada ao processo.
Não houve pontuação referente a Parecer Contábil, em virtude de que a Divisão de Contabilidade não realizou auditorias ou perícias;	Para que somente seja utilizada a nomenclatura de "Parecer Contábil" caso os servidores da Divisão de Contabilidade com graduação em Ciências Contábeis precisarem se manifestar em Auditorias ou Perícias Contábeis.
Nomenclatura equivocada na documentação apresentada (Parecer Contábil X Análise de Prestação de Contas);	Que as análises realizadas em prestações de contas de Pronto Pagamento/Adiantamentos desta municipalidade sejam denominadas de Análise Contábil.
Nomenclatura equivocada na documentação apresentada (Parecer Contábil X Impacto Financeiro);	Que os Impactos Financeiros realizados por servidor da Divisão de Contabilidade sejam denominados de Impacto Financeiro.
Não pontuaram Análises de Prestação de Contas e Impacto Financeiro quando declarado o mesmo documento por 02 (dois) ou mais servidores;	Que os itens da tabela com baixa complexidade sejam anexados e pontuados somente por um servidor.



Recebimento indevido de 13º salário solicitado por servidor;	Que o Gabinete do Prefeito, ao encaminhar solicitações deste teor, solicite que a Divisão de Recursos Humanos faça a verificação prévia do direito solicitado antes de autorizar o pagamento.
	Que a Divisão de Recursos realize a devida conferência sobre a aquisição do direito pleiteado pelo servidor.
Recebimento indevido de 13º salário;	Que a Divisão de Recursos realize a conferência necessária antes do fechamento da folha de pagamento.
Pagamento de gratificação por produtividade com base na remuneração (quando o correto seria sobre o vencimento).	Que a Divisão de Recursos realize a conferência necessária antes do fechamento da folha de pagamento.

2. QUANTO AO OBJETIVO ESPECÍFICO 03

Analisar se houve a adequada formalização dos processos no referido período 14/12/2015 a 31/12/2018:

ANÁLISE / ACHADOS	PROPOSIÇÕES / RECOMENDAÇÕES
Ausência de assinatura do contabilista na Tabela de Apuração de Pontos/Tarefas.	Devida formalização do processo, havendo a adequada conferência dos procedimentos de formalização por parte do servidor, assim como dos diversos setores por onde o processo tramitar.
Ausência de assinatura do superior imediato na Tabela de Apuração de Pontos/Tarefas (Colocar a mesma nomenclatura)	
Ausência de assinatura de paginação.	
Ausência de assinatura do contabilista no memorando.	
Ausência de assinatura do superior imediato no memorando.	
Numeração equivocada de páginas.	
A competência informada na tabela de Apuração é diferente do período analisado.	
Ausência de assinatura do Prefeito Municipal no processo.	
Data de assinatura da Tabela de Apuração inferior a data de formalização do processo.	
Ausência de assinatura na documentação comprobatória de pontuação.	
A competência informada no memorando é diferente do período analisado.	
Ausência de assinatura do Chefe de Divisão de Recursos Humanos no processo.	
Ausência de numeração de página.	
Numeração do memorando pertence a exercícios anteriores.	
Numeração de memorando repetida (mês anterior)	
Ausência do Relatório de Folha de Pagamento	

Considerando que todos os processos analisados nesta Auditoria passaram por mais de um setor (Divisão de Contabilidade – Secretaria de Administração e Finanças – Gabinete do Prefeito – Divisão de Recursos Humanos – Secretaria de Administração e Finanças), foi evidenciado que, a partir das



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno



inconsistências detectadas, é possível afirmar que os controles internos dos setores atuaram de forma deficitária, o que gerou grande parte dos achados relatados.

Diante do exposto, orienta-se que seja comunicado a todos os setores internos da Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto/ES acerca da sua atribuição de controle dos atos que passam por cada setor, uma vez que cada um deles é responsável por controlar aquilo que é realizado no âmbito da sua competência.

Por fim, visando contribuir para sanar ou mitigar as fragilidades detectadas, após a conclusão da auditoria, caso a presente gratificação for reinstituída ou outra semelhante criada, orienta-se que sejam revistos os critérios e a pontuação estabelecida no anexo I da Lei Complementar nº 33/2015, de modo a estabelecer os fundamentos, conceitos e os critérios de cada item discriminado, assim como a unidade estabelecida e a respectiva pontuação a ser atribuída.

Respeitosamente,


Luciane Teresinha Provani Palácios
Controlador Geral Interno


Roberta Quirubim Medeiros Martins
Auditor Público Municipal


Douglas da Silva Martins
Auditor Público Municipal